



**GEDES**

Grupo de Estudos de Defesa e  
Segurança Internacional

## OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS

**INFORME BRASIL Nº 08/2023**

Período: 18/03/2023 - 24/03/2023

**GEDES – UNESP/UNIFESP/UFRRJ**

- 1- Colunistas apontam convivência de militares com crimes contra a democracia
- 2- Tribunal de Contas da União fará auditoria de compras das Forças Armadas nos Estados Unidos
- 3- Prédio do Comando da Marinha foi atingido por incêndio
- 4- Colunista apontou choque de interesses entre Braga Netto e Bolsonaro na disputa pela prefeitura do Rio de Janeiro em 2024
- 5- Justiça negou ação que cobrava desculpas da União por 7 de setembro, sob Bolsonaro
- 6- As investigações sobre o 8 de janeiro e a participação de militares
- 7- Lançamento de foguete sul-coreano marcou estreia da Base de Alcântara no mercado de transporte espacial
- 8- Politização de militares continuou na pauta dos jornais
- 9- Crise na segurança pública no Rio Grande do Norte suscita debate sobre o emprego das Forças Armadas

1- Colunistas apontam convivência de militares com crimes contra a democracia  
Em coluna opinativa para o periódico *Folha de S. Paulo*, o jornalista Alvaro Costa e Silva argumentou que as agressões e crimes contra o regime democrático cometidos pelo ex-presidente da República, Jair Bolsonaro (PL), contaram com a convivência, “por ideologia e oportunismo”, de militares que ocuparam postos ministeriais em seu governo (2019-2022). Dois exemplos foram retratados pelo jornalista. O primeiro foi a ação do ex-ministro de Minas e Energia, almirante Bento Albuquerque, que em depoimento à Polícia Federal sobre o caso das joias retidas pela Receita Federal afirmou que o conjunto avaliado em R\$16,5 milhões era um presente do governo da Arábia Saudita ao Estado brasileiro. Entretanto, o jornalista lembrou que a filmagem das câmeras da Receita Federal, de 2021, no aeroporto de Guarulhos, mostra Albuquerque dizendo que as joias eram destinadas à então primeira-dama, Michelle Bolsonaro. O outro exemplo descrito por Costa e Silva diz respeito ao suposto desconhecimento, por parte do ex-ministro do Gabinete de Segurança Institucional, general Augusto Heleno Ribeiro Pereira, sobre o fato da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), órgão até então ligado ao GSI, ter empregado um programa secreto para espionar cidadãos. Também em coluna à *Folha*, o advogado criminal Luís Francisco Carvalho Filho reforçou que o governo Bolsonaro “encontrou território fértil para o abuso de poder” e destacou a ampla margem do uso do dispositivo de “segurança

nacional” para encobrir compras e serviços nos setores de inteligência, segurança cibernética e da informação que dispensam processos licitatórios. O advogado retomou a Lei das Licitações, assinada no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e renovada por Bolsonaro, ressaltando a indefinição do significado de “segurança nacional”. Carvalho Filho apontou o emprego de tal expediente tanto para a “compra ilegal de maletas de interceptação telefônica” pela Abin na época do primeiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010); quanto para a aquisição de um programa israelense de monitoramento de pessoas, intermediada por uma empresa representada no Brasil pelo filho do general Carlos Alberto dos Santos Cruz, na época do governo de Michel Temer (2016-2018). (Folha de S. Paulo – Colunas e blogs – 18/03/23)

## 2- Tribunal de Contas da União fará auditoria de compras das Forças Armadas nos Estados Unidos

Reportagem do jornal *O Estado de S. Paulo*, assim como coluna da *Folha de S. Paulo* assinada pela jornalista Mônica Bergamo informaram que o presidente do Tribunal de Contas da União, Bruno Dantas, autorizou que uma equipe da corte viaje aos Estados Unidos para apurar os gastos de cerca de R\$20 bilhões feitos pelos comandos das três forças – Aeronáutica, Exército e Marinha. O período abrange transações realizadas durante os governos de Michel Temer (2016-2018) e Jair Bolsonaro (2019-2022). Bergamo esclareceu que três das cinco comissões das Forças Armadas no exterior localizam-se nos Estados Unidos, onde se concentrou grande parte dos gastos. O *Estado* apurou que os auditores do TCU devem permanecer na capital dos Estados Unidos, Washington, entre 12 e 20/04/2023, com previsão de vistorias na Comissão Naval Brasileira (CNBW), na Comissão do Exército (CEBW) e na Comissão Aeronáutica (CABW). A jornalista da *Folha* ressaltou que a apuração foi necessária em virtude da recusa dos militares em abrir seu sistema de compras, sob a justificativa de sigilo. Também detalhou que a última auditoria da mesma natureza nos Estados Unidos ocorreu em 1997. (Folha de S. Paulo – Colunas e blogs – 18/03/23; O Estado de S. Paulo – Política – 19/03/23)

## 3- Prédio do Comando da Marinha foi atingido por incêndio

O periódico *Correio Braziliense* noticiou que o principal edifício do Comando da Marinha, localizado em Brasília, foi atingido por um incêndio no dia 18/03/2023. Não foram registradas vítimas e os danos materiais se restringiram à danificação de armários e janelas. Segundo o *Correio*, a causa do incêndio ainda não havia sido divulgada. (Correio Braziliense – Cidades – 19/03/23)

## 4- Colunista apontou choque de interesses entre Braga Netto e Bolsonaro na disputa pela prefeitura do Rio de Janeiro em 2024

Segundo artigo de opinião do jornalista Alvaro Costa e Silva, publicado no jornal *Folha de S. Paulo*, o ex-presidente da República, Jair Bolsonaro, do Partido Liberal (PL), concedeu benefícios, especialmente financeiros, a um seleto grupo das Forças Armadas, não só durante sua ascensão, mas também durante sua queda, sendo um dos maiores beneficiários o general Walter Souza Braga Netto, vice na chapa de Bolsonaro nas eleições presidenciais de 2022. Entretanto, o

jornalista destacou que os interesses de Braga Netto colidiram com as intenções de Bolsonaro, pois enquanto o primeiro almeja disputar a prefeitura do Rio de Janeiro nas eleições municipais de 2024, Bolsonaro exigiu do PL que o candidato a tal cargo seja seu filho, Flávio Bolsonaro. Costa e Silva pontuou que o maior adversário para a candidatura no PL será Eduardo Paes, do Partido Social Democrático, atual prefeito do Rio de Janeiro, e que provavelmente terá apoio do Partido dos Trabalhadores (PT). Caso a vitória de Paes se concretize, o jornalista avaliou que será mais um passo para o fim do bolsonarismo, que já vem perdendo força no Rio de Janeiro, vide a comparação da aprovação de Bolsonaro nas urnas em 2018 e em 2022. (Folha de S. Paulo - Colunas e Blogs - 21/03/23)

#### 5- Justiça negou ação que cobrava desculpas da União por 7 de setembro, sob Bolsonaro

O periódico *Folha de S. Paulo*, em reportagem, noticiou que o juiz federal Mauro Lopes indeferiu a abertura de uma ação civil pública por meio da qual a União seria obrigada a realizar cerimônia pública de pedido de desculpas por uso político do 7 de setembro de 2022, em favorecimento do ex-presidente da República, Jair Bolsonaro (PL), então candidato à reeleição. Foi de entendimento do juiz que o pedido de desculpas deveria ser realizado pelos responsáveis diretos do ato, e não pela União. A proposta do pedido foi feita pela Procuradoria Geral da República, em fevereiro, e o Ministério Público recorrerá da decisão. (Folha de S. Paulo - Política - 21/03/23)

#### 6- As investigações sobre o 8 de janeiro e a participação de militares

Em reportagem, o periódico *Correio Braziliense* noticiou que no dia 20/03/2023, mais 150 pessoas foram denunciadas ao Supremo Tribunal Federal pela Procuradoria-Geral da República pelos atos golpistas de 8 de janeiro de 2023. Entre os denunciados, 16 são acusados como executores das depredações no Palácio do Planalto, e os outros 134 foram acusados por crimes de incitação à animosidade das Forças Armadas contra os poderes constitucionais. Estes últimos, presos no acampamento golpista em frente ao Quartel-General (QG) do Exército em Brasília, também foram denunciados por associação criminosa. Com isso, o jornal informou que o número total de denunciados pelos atos golpistas totaliza 1.187. Em outra reportagem, o *Correio* destacou o depoimento do ex-secretário de Segurança Pública do Distrito Federal (DF), Júlio Danilo, à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Atos Democráticos na Câmara Legislativa do DF. Danilo, que é delegado da Polícia Federal, declarou que a desmobilização do acampamento no QG, planejada para ocorrer pacificamente dois dias antes da posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, não ocorreu em razão de decisão do próprio Exército. O *Correio* também ressaltou a avaliação do relator da CPI, deputado distrital João Hermeto de Oliveira Neto, do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), de que ocorreu um apagão na segurança do DF no dia 08 de janeiro. Em suas palavras: “O Exército contribuiu diretamente para o que está acontecendo. No momento em que um general não deixa desmobilizar o acampamento e chega a sugerir um confronto do Exército com uma outra força: seria um massacre”. Em coluna para a *Folha de S. Paulo*, a jornalista Juliana Braga informou que a base do governo do Partido dos

Trabalhadores (PT), com o intuito de aumentar a pena de militares envolvidos em atos antidemocráticos de 8 de janeiro de 2023, busca derrubar um veto do ex-presidente da República, Jair Bolsonaro, à legislação que substituiu a Lei de Segurança Nacional. O trecho vetado previa pena aumentada para militares ou outros agentes públicos que cometessem crimes contra o Estado de Direito, incluindo a perda de patente, cargo ou função. A jornalista ressaltou que a análise da proposta estava prevista para uma sessão conjunta do Congresso Nacional, a qual também representaria um teste da força da base legislativa do governo. (Correio Braziliense - Política - 21/03/23; Correio Braziliense – Cidades – 24/03/23; Folha de S. Paulo – Colunas e blogs – 20/03/23)

#### 7- Lançamento de foguete sul-coreano marcou estreia da Base de Alcântara no mercado de transporte espacial

De acordo com reportagem do jornal *Correio Braziliense*, o foguete sul-coreano Hanbit-TLV foi o primeiro de uma operadora estrangeira a ser lançado no Centro de Lançamento de Alcântara, no estado do Maranhão, pesando 8,4 toneladas e possuindo 6,3 metros de altura. O lançamento ocorreu em 19/03/2023 e, apesar de pertencer à empresa sul-coreana Innospace, o foguete embarcou com carga de tecnologia brasileira do Sistema de Navegação Inercial. Celebrado pela Agência Espacial Brasileira (AEB) e pela Aeronáutica, o voo, que durou 4m33 sinaliza a entrada efetiva brasileira no mercado de transportes espaciais. O jornal rememorou o trágico acidente que matou 21 pessoas em Alcântara, em agosto de 2003, quando o veículo lançador de satélite (VSL) brasileiro explodiu na decolagem, ocasião em que colocaria no espaço o primeiro satélite de tecnologia brasileira. (Correio Braziliense - Política - 21/03/23)

#### 8- Politização de militares continuou na pauta dos jornais

Segundo reportagem do jornal *Correio Braziliense*, o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), afirmou em 21/03/2023, em entrevista à TV 247, que o comando das Forças Armadas reiterou o compromisso com a despolitização das tropas. O presidente disse, ainda, que os militares não podem “fazer política”, pois são responsáveis por “garantir a soberania nacional” e devem seguir as regras impostas pela Constituição, independente do partido do presidente. De acordo com reportagem do jornal *Folha de S. Paulo*, durante a entrevista, o mandatário mencionou que o ministro da Defesa, José Múcio Monteiro Filho, e o comandante do Exército, general Tomás Miguel Ribeiro Paiva, sugeriram a articulação de uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) para que os militares que desejem entrar para a política sejam encaminhados para a reserva. Na avaliação do jornal, a proposta tenta evitar a alteração do artigo 142 da Constituição Federal, que visa proibir a participação de militares da ativa em cargos públicos. Por outro lado, em entrevista à *Folha*, o ex-vice-Presidente da República (2019-2022) e atual senador pelo Rio Grande do Sul, general Hamilton Mourão, do partido Republicanos, comentou sobre a proposta de deputados federais do Partido dos Trabalhadores (PT) para alterar o artigo 142 da Constituição, que versa sobre a missão das Forças Armadas. Na avaliação de Mourão, o texto constitucional é claro e retirar o dispositivo constitucional de garantia da lei e da ordem (GLO) “não vai mudar em nada porque não existe outra força capacitada”. Ao ser indagado a respeito da proposta para proibir militares da ativa em cargos políticos, Mourão respondeu

que se trata de tentativa de “tratar os militares como cidadãos de segunda categoria”. O senador também comentou sobre a participação de militares no governo de Jair Bolsonaro e afirmou que as críticas recaíram majoritariamente aos membros do Exército, que é a força com maior presença nas diferentes regiões no país. Em coluna opinativa para a *Folha*, a professora titular aposentada de Ciência Política da Universidade de São Paulo (USP), Maria Hermínia Tavares de Almeida, comentou sobre o papel das Forças Armadas e sua relação com a sociedade civil. A professora criticou a entrevista de Mourão e apontou a conivência do ex-vice-Presidente com as tentativas do ex-presidente, Jair Bolsonaro, de envolver as Forças Armadas em atos antidemocráticos. Entretanto, Tavares de Almeida frisou que o Alto Comando das três Armas foi fiel à Constituição no momento de ataque à democracia, em 8 de janeiro de 2023. A cientista política ressaltou ser decisiva a introdução de uma política que estabeleça as funções das Forças Armadas, ponderando o uso das Operações de GLO, além de ampliar os quadros civis de defesa, ao mesmo tempo em que puna devidamente militares que agem contra o Estado de Direito. (Correio Braziliense – Política – 22/03/23; Folha de S. Paulo – Política – 19/03/23; Folha de S. Paulo – Política – 22/03/23; Folha de S. Paulo – Colunas e blogs – 23/03/23)

#### 9- Crise na segurança pública no Rio Grande do Norte suscita debate sobre o emprego das Forças Armadas

De acordo com editorial do jornal *Folha de S. Paulo*, a Força Nacional de Segurança pública foi acionada pelo ministro da Justiça e da Segurança Pública, Flávio Dino, para atuar no restabelecimento da ordem pública no Rio Grande do Norte, após uma onda de violência no estado, com o registro de cerca de 300 ataques em mais de 20 cidades. Segundo o Ministério Público, a hostilidade teve início com uma aliança entre facções criminosas que reivindicam mudanças nas condições carcerárias do estado. Buscando controlar a situação, o senador Styvenson Valentim (Podemos-RN) apresentou um requerimento para o envio das Forças Armadas, que foi barrado por Dino, com a justificativa de que as Forças Armadas devem ser utilizadas quando há um colapso das demais tropas de segurança, o que não foi o caso. A *Folha* afirmou que o acionamento indiscriminado das Forças pode levar a abusos contra civis e “cooptação de militares pelas facções criminosas”. (Folha de S. Paulo – Política – 22/03/23)

#### **SITES DE REFERÊNCIA**

Correio Braziliense – [www.correioweb.com.br](http://www.correioweb.com.br)

Folha de S. Paulo – [www.folhaonline.com.br](http://www.folhaonline.com.br)

O Estado de S. Paulo – [www.estadao.com.br](http://www.estadao.com.br)

\*Informamos que o conteúdo na íntegra dos jornais Correio Braziliense, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a [gedes@franca.unesp.br](mailto:gedes@franca.unesp.br)

## **Equipe**

### **Coordenação**

Héctor Luis Saint-Pierre (IPPRI/UNESP)

Juliana de Paula Bigatão (UNIFESP/Eppen-Osasco)

Marina Gisela Vitelli (URFFJ)

Ismara Izepe de Souza (UNIFESP/Eppen-Osasco)

### **Supervisão**

Laura Meneghim Donadelli

Leonardo Pontes Vinhó

### **Equipe redação UNESP/Franca**

Abrahão Henrique Alves de Lima (bolsista COPE)

### **Equipe redação UNIFESP/Eppen-Osasco**

Beatriz Grasiano Campos

Davi Campos Matos

Isabelle Costa

Giulia Maria Dardegan Barbosa

Giovani Nunes de Aguiar

Marcela Furlan de Cena

Mariana Terezinha Passos

Rodrigo Freitas de Souza

Thalia Cristina Vieira Lima